

REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BASEADOS EM DSPACE E EPRINTS E SUA VIABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

Cassandra Lúcia de Maya Viana,
IBICT – SAS Q. 5 Lt. 6 Bl. H - Brasil
cassandra@ibict.br

Miguel Angel Márdero Arellano
IBICT – SAS Q. 5 Lt. 6 Bl. H - Brasil
miguel@ibict.br

RESUMO

Os repositórios institucionais representam uma inovação na gestão de documentos eletrônicos dentro das instituições de ensino superior (IES). A eficiência no uso desses repositórios requer a definição e a aplicação de políticas institucionais que viabilizem o seu pleno funcionamento. Foram compiladas as políticas presentes na literatura, no diretório internacional ROAR, bem como aquelas baseadas na experiência dos autores, no IBICT. O trabalho apresenta algumas diretrizes para a elaboração dessas políticas nas IES.

Palavras-chave: Repositórios institucionais, DSpace, Eprints, Políticas institucionais.

INTRODUÇÃO

Na área de inovação tecnológica para o gerenciamento de conteúdos digitais, os repositórios institucionais (RI) estão sendo considerados uma forma eficaz de preservação da produção intelectual dos especialistas de uma ou várias instituições. Construídos no contexto das universidades e instituições governamentais, garantem a visibilidade das coleções digitais pela potencialização do acesso à informação e pela criação de indicadores da qualidade da produção científica nas organizações, mostrando a relevância de suas atividades e o valor da instituição.

DESENVOLVIMENTO

1. Os *open archives* e os repositórios digitais

Com o surgimento da Iniciativa dos Arquivos Abertos (www.openarchives.org), inicialmente conhecida como UPS (Universal Preprint Service), na última década do século XX, diminuíram as dificuldades que os autores enfrentavam para disponibilizar o resultado das suas pesquisas internacionalmente, aumentando a sua visibilidade e a estimativa de impacto na comunidade, o qual é medido pelo grau de usabilidade alcançado (HARNAD, 1999).

Através dos padrões de interoperabilidade do modelo OAI: metadados (Dublin Core), protocolo de *harvesting* (o OAI-PMH), dentre outros, os autores e os editores interessados em disponibilizar suas publicações abertamente podem ter seus trabalhos compartilhados com outras instituições. Esta é uma das formas utilizadas pelas universidades para apoiar a divulgação dos resultados de pesquisas científicas, criando mecanismos para legitimar e estimular a publicação dos trabalhos produzidos (LYNCH, 2003).

2. Definições

Um repositório digital é uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado.

Os repositórios digitais dividem-se em: temáticos e institucionais. Os repositórios temáticos cobrem uma determinada área do conhecimento. Já os repositórios institucionais (RI) são sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de instituições e comunidades científicas, em formato digital e podem ser acessados por diversos provedores de serviços nacionais e internacionais.

“Segundo meu ponto de vista, um repositório institucional acadêmico é um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros da sua comunidade, para o gerenciamento e disseminação do material digital criado pela

instituição e pelos seus membros. É essencialmente o compromisso de uma instituição de cuidar do material digital, incluindo a preservação a longo prazo, quando apropriada, a organização, acesso e distribuição.” (LYNCH, 2003)

Para Harnad (2003), os repositórios institucionais servem para: o auto-arquivamento da produção científica institucional; o gerenciamento da coleção digital institucional; prover material para o Ensino à Distância; viabilizar a publicação eletrônica; e preservar o conteúdo digital Institucional.

Para Pinfield, Gardner e Macoll (2002), a principal meta dos repositórios institucionais é envolver os pesquisadores e usuários. A participação destes agentes é fundamental para a manutenção do repositório. Eles precisam tanto contribuir com conteúdo para o RI, como também usá-lo para consultas e acesso à literatura técnico-científica de outras instituições.

3. As ferramentas para repositórios institucionais

A implementação do RI pode se realizada de uma forma simples: uma estrutura hierarquizada, acesso via web e metadados coletados através do protocolo OAI-PMH, permitindo assim que os usuários, ao usarem qualquer mecanismo de busca da Iniciativa dos Arquivos Abertos, possam encontrar e recuperar o conteúdo do repositório.

Os sistemas existentes aplicam-se à ampla maioria dos contextos institucionais, permitindo uma variedade de funcionalidades e recursos para gestão de documentos eletrônicos.

Alguns desses softwares foram analisados pelo Open Society Institute (2004), a saber: CDSWare (<http://cdsware.cern.ch>); EPrints (<http://software.eprints.org/>); Fedora (<http://www.fedora.info>); Archimède (<http://archimede.bibl.ulaval.ca/>); ARNO (<http://www.uba.uva.nl/arno>); iTor (<http://www.i-tor.org/en/toon>); MyCoRe (<http://www.mycore.de>); Bepress (<http://www.bepress.com>).

Os softwares mais utilizados, atualmente, são o Eprints e o DSpace.

3.1 O EPrints

O EPrints (<http://www.eprints.org>), desenvolvido pela University of Southampton, inicialmente destinado à divulgação e publicação da produção científica de determinada área de conhecimentos, tem se mostrado apropriado também para a construção de repositórios institucionais. É uma ferramenta aberta, relativamente fácil de instalar e adaptável às necessidades de qualquer instituição de ensino e pesquisa.

Os repositórios baseados no EPrints permitem o depósito de pré-prints (trabalhos ainda não publicados), pós-prints (já publicados), outros tipos de publicações, comentários e versões, bem como de outros tipos de documentos.

3.2 O DSpace

O DSpace é um software livre desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) Libraries e pelos Laboratórios Hewlett-Packard para criação de repositórios institucionais e multidisciplinares para bibliotecas, arquivos e centros de pesquisa.

Sua estrutura provê um modelo de informação organizacional baseado em “comunidades” e coleções, o qual pode ser configurado de modo a refletir todo o conjunto de unidades administrativas de uma instituição. Permite a configuração do processo editorial nos moldes dos periódicos tradicionais, incluindo a possibilidade de revisão pelos pares. Suporta os mais variados tipos de formatos de arquivos digitais, incluindo textos, som e imagem.

3.3 Considerações gerenciais

Tanto o Eprints como o DSpace são apropriados para a criação de repositórios institucionais e ambos estão configurados de modo a permitir sua

interoperabilidade com outros sistemas de publicação e armazenamento de documentos eletrônicos. Porém, algumas questões devem ser levadas em conta durante o processo de planejamento e projeto de um RI, a saber: a) as funcionalidades referentes às tarefas de alimentação requerem aperfeiçoamento; b) o eficiente desempenho de seus componentes, segundo os requisitos de um repositório institucional, demanda o estabelecimento de políticas específicas; c) o interesse na adoção de soluções alternativas que impliquem no acréscimo de funções, customizações ou na alteração da configuração padrão destes softwares deve ser precedido de ampla discussão sobre a sua relação custo-benefício, tanto nos aspectos tecnológicos, quanto no que se refere à alocação de recursos humanos especializados em programação com códigos Java e Perl; d) a proposta de adoção de qualquer um destes softwares requer uma estimativa prévia dos custos envolvidos e um prognóstico dos gastos prováveis a serem realizados anualmente por parte da universidade e da biblioteca; e e) a tomada de decisão quanto à melhor arquitetura para o desenvolvimento do repositório institucional deve levar em conta ainda, a amplitude organizacional, isto é, o porte da instituição (quantidade de órgãos que compõem a sua estrutura hierárquica).

4. A experiência do IBICT com os repositórios digitais

Desde 2003, no IBICT foram realizados estudos sobre ferramentas para repositórios institucionais (CAFÉ et al, 2003). Concretamente, as pesquisas foram iniciadas através da avaliação das ferramentas mais adequadas para essa finalidade. Algumas das ferramentas analisadas foram: *Archimede* da Loyal University Library Software, o *CDSware* do CERN, o *FEDORA* da Universidades de Virginia e Cornell e o *DSpace* do MIT.

4.1 O Diálogo Científico

O *Eprints* (versões 2.2.1 e 2.3.7), software de código livre que favorece a comunicação entre pesquisadores, foi traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e denominado “Diálogo Científico”. Destinado à Ciência da Informação, o software vem sendo compartilhado com instituições de ensino e pesquisa no país. A

4.2 O DSpace RIDI

A primeira implementação do DSpace em língua portuguesa, em novembro de 2002, foi realizada pela Universidade do Minho, em Portugal, e resultou na criação do seu repositório institucional (RODRIGUES et al, 2004), o RepositoriUM. A partir de então o IBICT iniciou atividades de experimentação com este software. Em 2004 a Biblioteca do Supremo Tribunal de Justiça teve assessoramento do IBICT para a criação do repositório institucional BDJur, (BASEVI, 2004). Além disto, o IBICT estabeleceu uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP) que resultou na criação do Reposcom – Repositórios Institucionais em Ciências da Comunicação (FERREIRA, S.; SOUTO, P, 2005).

Dentro do IBICT o RI surgiu com o projeto piloto denominado RIDI (Repositório Institucional Digital do IBICT) visando recuperar a documentação de todas as atividades de pesquisa, publicando os conteúdos que se encontravam dispersos em vários departamentos.

4.3 O DSpace IBICT - nova versão

O IBICT está trabalhando em uma nova versão do DSpace totalmente em português (Brasil) e baseada na versão mais atual deste software. O produto encontra-se em fase final incluindo sua revisão e a criação do “pacote” que será repassado a outras instituições.

5. A implementação de repositórios institucionais nas IES

Segundo Crow (2002), os repositórios digitais são uma resposta a dois assuntos estratégicos das IES: a) prover um sistema que expande o acesso à resultados de pesquisa, garantir o controle da produção acadêmica, aumentar a competição e reduzir o monopólio dos periódicos, minorar custos e destacar a relevância da própria instituição e das bibliotecas; e b) servir como indicadores potenciais da qualidade da universidade e demonstrar a relevância científica,

social e econômica das atividades de pesquisa, para aumentar sua visibilidade, status e valor público.

Porém, já há algum tempo Pinfield (2002, p. 3) afirmava que os verdadeiros desafios na implementação de repositórios institucionais são as questões culturais e organizacionais.

Uma das dificuldades existentes é conseguir levar os autores ao auto-arquivamento sistemático de sua produção intelectual. Uma alternativa é que os responsáveis pelo repositório ou os bibliotecários depositem os itens em nome dos autores, ao menos no início do desenvolvimento do repositório. Também pode haver a necessidade de formatação ou de conversão de arquivos de modo a poder carregá-los para o servidor do repositório. A mesma alternativa é sugerida como solução. Em ambos os casos, as bibliotecas, por estarem mais bem preparadas para prover a normalização na preparação dos documentos digitais, podem facilitar o trabalho dos autores de contribuírem com suas pesquisas para os repositórios institucionais (PINFIELD; GARDNER; MACOLL, 2002).

Um repositório institucional nunca é uma iniciativa isolada. O RI permite que as bibliotecas possam trabalhar de um modo interdisciplinar enquanto os canais formais e informais de comunicação continuam a evoluir. Assim também ele muda o papel passivo das bibliotecas, de apenas receptoras de material publicado para agentes ativos na determinação do gerenciamento do conteúdo relevante próprio (NIXON, 2002).

6. As políticas institucionais identificadas

Realizou-se a compilação de políticas institucionais referentes à implementação de repositórios institucionais a partir de 3 fontes: a) da literatura científica sobre os *open archives*; b) do diretório internacional (ROAR); e c) da própria experiência dos autores.

As políticas identificadas foram submetidas a processos de racionalização analítico-sintéticos, considerando fatores como: áreas institucionais de atuação, propriedades em comum, possíveis interrelações e padrões que permitissem a inferência de diretrizes básicas para a elaboração políticas institucionais válidas para nortear a implementação de RI em IES.

6.1 Políticas relacionadas a direitos de autor

Um dos fatores mais importantes a serem considerados em uma política de depósito/submissão de documentos eletrônicos são os direitos autorais. No que diz respeito aos repositórios, apesar de tratar-se de serviços de acesso livre, todos os trabalhos depositados continuam sendo propriedade intelectual dos seus respectivos autores. Cabe a estes a responsabilidade de decidir o que deve ou não ser depositado e que documentos podem ou não ser consultados na íntegra.

Nas instituições em geral, a maior parte dos documentos e publicações técnico-científicas é resultado das atividades de seus recursos humanos e, por isto, pode ser auto-arquivada e disponibilizada no Repositório. O acesso aberto, sem restrições de copyright é viável pelos seguintes motivos: a) os autores são os que detêm os direitos intelectuais das suas teses e dissertações, da maioria dos trabalhos apresentados em eventos (a menos que tenham transferido todos os direitos explicitamente), dos relatórios técnicos, *working papers*, etc.; b) a maioria significativa dos periódicos científicos (aproximadamente 92%) permite algum tipo de auto-arquivamento dos pré-prints (versões de trabalhos anteriores à avaliação pelos pares e aceite para publicação) e/ou de pós-prints (versão final, depois de ter sido avaliada pelos pares aprovada para publicação) dos artigos que eles publicam; e c) mesmo em *dubious situations* ou quando autores assinaram alguma forma de transferência de copyrights restrito, a consulta àqueles que detêm os direitos pode resultar na autorização (ou no mínimo na não proibição) do auto-arquivamento no RI.

A disponibilização de documentos em acesso aberto pode constituir uma infração apenas nos casos de licença concedida a terceiros (editores, etc.) pelo autor(s) instituição, ou por conter assuntos confidenciais ou que sejam destinados a comercialização (livros, etc.). Neste caso, apenas a sua referência (seus respectivos metadados) será disponibilizada no repositório.

6.2 Políticas de depósito/submissão de documentos

Todo o corpo técnico-científico e administrativo-gerencial de todas as unidades organizacionais da instituição, autores ou co-autores de trabalhos e relatórios produzidos no exercício de suas funções dentro ou para a instituição, estão aptos a realizar o auto-arquivamento desses documentos no RI.

Entretanto podem existir políticas específicas para determinados tipos documentais, com sua conseqüente priorização ou restrição, tais como: teses e dissertações; documentos classificados com grau de sigilo (ultra-secretos, secretos, confidenciais, reservados) etc.

Cada departamento, instituto etc., bem como coordenações de projetos, programas e serviços, deverão estabelecer e adotar as políticas mais apropriadas para cada tipo de trabalho produzido. Além disso, deve haver algum documento oficial da instituição, tal como um Termo de Entendimento (UNIVERSIDADE DO MINHO, 200-) ou repasse, que contenha as regras e responsabilidades a serem assumidas pelos responsáveis pelo RI como requisito para o seu depósito no repositório.

6.3 Políticas relacionadas ao acesso à informação

É possível desenvolver novos serviços de disseminação de informações a partir do repositório, que permitem ampliar e agilizar a utilização de seu conteúdo. Também, devem ser adotados padrões e tecnologias que viabilizem a interoperabilidade do repositório com outros provedores de dados e de serviços.

Além disso, é necessária a definição dos níveis e perfis de permissões de acesso para o gerenciamento de Comunidades, Coleções e Itens.

Podem ser adotados dois tipos básicos de acesso: a) o acesso livre ao conteúdo do RI, para o público em geral, excetuando-se o caso dos documentos considerados confidenciais, que já deverão ter sido estabelecidas previamente durante o desenvolvimento de políticas de depósito de conteúdos no repositório; e b) o acesso restrito, no caso daqueles que não são disponibilizados integralmente, ou que só podem ser consultados e/ou descarregados pelo pessoal da instituição ou de um projeto ou programa específico

6. 4 Políticas para engajamento de pesquisadores / autores

É necessário definir estratégias para divulgação, intercâmbio de documentos e troca de experiências com a comunidade científica internacional através da infra-estrutura tecnológica que suporta o repositório. Também deve ser considerada a possibilidade de se promover eventos, reuniões, contatos etc. visando: a promoção e divulgação do repositório para toda a instituição e também para a sociedade como um todo; e a demonstração dos benefícios e vantagens do acesso aberto e do auto-arquivamento sistemático. O objetivo é promover a conscientização da relevância e vantagens da publicação e divulgação de sua produção intelectual internamente (garantia da autoria; diminuição da ocorrência de re-trabalho; possibilidade de queimar etapas; processo de aprendizagem organizacional etc.) e externamente (reconhecimento internacional; valorização pela comunidade científica etc.).

Os responsáveis pelo projeto do RI podem estudar, juntamente com a alta administração da instituição, a viabilidade de se conferir algum tipo de vantagem pecuniária para os autores mais produtivos e/ou os mais citados em função de seu auto-arquivamento no repositório.

6. 5 Políticas para editores e revisores do RI

Definição dos papéis de administradores, depositantes, revisores (de metadados etc.), editores (avaliadores de conteúdo) e outros que se fizerem necessários. Pode-se distribuir, mediante acordo mútuo, as responsabilidades do repositório aos técnicos/pesquisadores (revisão pelos pares etc.); aos bibliotecários (revisão de metadados etc.) e a outros funcionários, sempre levando em conta sua formação e as competências de cada categoria.

6. 6 Políticas para preservação digital

Definição dos tipos de documentos que devem ser preservados; e definição dos requisitos tecnológicos (software, metadados, protocolo de coleta de metadados etc.) mais apropriados para a preservação digital. Deve-se promover a conscientização, em toda a instituição, quanto à importância da preservação da memória institucional; estratégias de sensibilização da alta gerência, bem como de conscientização de todos quanto à importância da preservação a longo prazo.

6. 7 Políticas para envolvimento dos *stakeholders*

Definição de plano de marketing e/ou estratégias de comunicação e promoção para o repositório; e definição de estratégias para dirimir dúvidas e contornar dificuldades relativas a: questões de direito de autor, hábitos e valores dos pesquisadores, barreiras tecnológicas. Pode ser necessário apresentar o projeto para comitês e grupos de pesquisadores, incluindo recomendações para sua efetivação de modo a obter o comprometimento de todos os agentes institucionais (professores, alunos, corpo técnico-gerencial etc.).

6. 8 Políticas para os Centros e Departamentos

Estes devem ter autonomia para definir seus níveis de permissão e papéis conforme as características da área de conhecimento; definir estratégias para que se comprometam com a política de auto-arquivamento da instituição; manter contato para obtenção dos dados necessários à criação da sua comunidade; o órgão de mais alta hierarquia (reitoria etc.) pode atribuir financiamento adicional

aos centros e departamentos que atingiram determinado número ou tipo de documentos depositados em um determinado período;

6.9 Políticas de atuação dos responsáveis pelo RI

Avaliar e adotar os padrões tecnológicos mais adequados no que se refere a: metadados, protocolo de comunicação e *harvesting*, formatos de arquivos etc; estabelecer as normas gerais para publicação de originais no RI; integrar o RI a outras iniciativas nacionais de registro e divulgação da produção técnico-científica nacional, visando ampliar a projeção da literatura nacional para o exterior, bem como aumentar os recursos para acesso às informações disponíveis no ambiente externo à instituição; responsabilizar-se pelos níveis de acesso (livre ou restrito) aos conteúdos do RI conforme lhe tiver sido outorgado em Termo de Entendimento ou outro; avaliar e adotar as políticas mais adequadas quanto à avaliação de conteúdo, revisão de metadados e demais fluxos relacionados ao depósito/submissão de conteúdos para o repositório; estabelecer as normas para publicação de originais no RI.

6. 10 Políticas implementadas em âmbito internacional

O diretório internacional de repositórios Registry of Open Access Repositories (ROAR) (<http://archives.eprints.org/>) monitora e descreve os repositórios que são nele cadastrados. Os repositórios do Brasil, ali registrados, perfazem um total de 13, todos desenvolvidos com ferramentas que obedecem ao padrão dos *open archives*. Apesar disto, ainda não se pode considerar esses sistemas, como autênticos exemplos de RI, em função do que foi apresentado em item anterior, pelos autores, na literatura nacional e internacional. Um dos motivos é que seus conteúdos não representam toda a produção de suas respectivas instituições. Além disto, elas não possuem políticas formais estabelecidas nem mesmo para o depósito e o acesso ao seu conteúdo.

Isto pode ser verificado através do ROARMAP (<http://www.eprints.org/openaccess/policysignup/>), que apresenta links e gráficos

demonstrando o processo de desenvolvimento da adoção de políticas institucionais, em nível internacional. Ali se verifica que, de todos os países cadastrados, apenas Austrália, França, Alemanha, Índia, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos (total de 10) informaram ter adotado políticas formais para seus repositórios. Quanto ao Brasil, nenhuma instituição registrou qualquer política, até o momento.

Em todos os casos registrados, incluindo o da “CERN: European Organization for Nuclear Research”, observa-se a unanimidade no tipo de políticas adotadas, as quais se relacionam apenas a auto-arquivamento. Além disto, a CERN, juntamente com outros 5 países informou ter adotado essas políticas em caráter obrigatório. Para cada um destes repositórios, os gráficos representativos da quantidade de depósitos efetuados demonstram que houve um crescimento significativo e praticamente duplicado desta atividade, em todas as instituições.

CONCLUSÃO

A escolha da tecnologia para implementação de um RI deve ser coerente e compatível com políticas previamente definidas. As tecnologias dos *open archives* fornecem variadas opções e representam apenas meios para a concretização dos objetivos das IES.

As políticas avaliadas apontam para o desenvolvimento de um referencial teórico baseado em três grandes diretrizes, para as IES, na implantação de seus RI. A primeira diretriz refere-se aos fatores de possível impacto no sucesso deste empreendimento, a saber: a) auto-arquivamento e seus procedimentos; b) questões de direitos autorais; c) fluxos de tarefas e especificações relacionados ao depósito/submissão de documentos para o repositório; d) limitações, vantagens e potencialidades do RI para acesso a informações; e) papel e comprometimento dos autores/depositantes; f) atuação e fluxo de tarefas de editores e revisores de conteúdo e metadados; g) relevância da preservação

digital; h) necessidade de envolvimento dos *stakeholders* de toda a instituição; h) responsabilidades de cada unidade organizacional dentro da IES (Instituto, Departamento etc); i) atuação dos membros da equipe responsável pela implantação do RI; e j) papel e atribuições dos profissionais de informação durante todo o processo. A segunda refere-se à necessidade de envolver os bibliotecários no processo de definição e aplicação das políticas mais adequadas às características e requisitos de cada IES. E a terceira refere-se à atuação desses profissionais de informação desde o processo de planejamento, projeto e implantação do RI. Essa atuação abrange três áreas a) a integração do fluxo de trabalho do RI com os serviços oferecidos aos usuários e seu monitoramento; b) o levantamento das normas e padrões de sistemas de informação, reconhecidos internacionalmente, que sejam aplicáveis e úteis à implementação do RI; e c) o conhecimento e experiência quanto às fontes de informação e às características bibliográficas das publicações seriada durante o processo de definição de conteúdos e tipos documentais a serem aceitos pelo repositório

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASEVI, Teresa. BDJur Consortium – Juridical Digital Library: implementing DSpace in the Brazilian Judiciary. In: ICCO CONFERENCE ON ELECTRONIC PUBLISHING, 9. **Proceedings....** Leuven, Be: Katholieke Universiteit de Leuven, 2005.

CAFÉ, Lígia; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel; BARBOZA, Elza Maria Ferraz; MELO, Bianca Amaro de; NUNES, Eny Marcelino de Almeida. Repositórios Institucionais: nova estratégia de publicação científica na rede. In: ENDOCOM, 13, Belo Horizonte, MG, set. 2003. **Anais...** Belo Horizonte: 2003.

CROW, R. **The case for institutional repositories:** A SPARC Position Paper. The Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition. 2002. Disponível em: <<http://www.arl.org/sparc/IR/ir.html>>. Acesso junho 2005.

FERREIRA, Sueli Mara S. P.; SOUTO, Patrícia Cristina N. **Federação de bibliotecas digitais lusófonas em ciências da comunicação.** In: MARCONDES, Carlos H. KURAMOTO, H., TOUTAIN, Lídia B., SAYÃO, L. Bibliotecas digitais Saberes e Práticas. Salvador BA: EDUFBA: Brasília: IBICT, 2005.

HARNAD, Stevan. **Free at last:** the future of peer-reviewed journals. *D-Lib Magazine*, v. 5, n. 12, Dec. 1999. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/december99/12harnad.html>>. Acesso em maio 2005.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, 26, 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html>> Acesso em: 16 de maio de 2006.

NIXON, William J. "The evolution of an institutional e-prints archive at the University of Glasgow." **Ariadne**, 32, jul 2002. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue32/eprint-archives/>>. Acesso em: 26 de julho de 2006.

OPEN SOCIETY INSTITUTE. **A guide to institutional repository software**. 3. ed. [Budapest]: 2004. Disponível em: http://www.soros.org/openaccess/pdf/OSI_Guide_to_IR_Software_v3.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2006.

PINFIELD, Stephen. Creating institutional e-print repositories? **Serials**, v.15, n.3, nov. 2002, p. 261-264. Disponível em:<<http://eprints.nottingham.ac.uk/archive/00000064/00/serials2002.pdf>>. Acesso em: 29 de junho de 2006.

PINFIELD, Stephen. What do universities want from publishing? **Learned Publishing**, v. 17, n. 4, out. 2004, p. 305-311. Disponível em: <<http://eprints.nottingham.ac.uk/archive/00000139/>>. Acesso em: 28 de junho de 2006.

PINFIELD, Stephen, GARDNER, Mike, MACOLL, John. Setting up an institutional e-print archive. **Ariadne**, 31, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue31/eprint-archives/intro.html>>. Acesso em: 29 de junho de 2006.

RODRIGUES, Eloy; BAPTISTA, Ana Alice; RAMOS, Isabel; SARMENTO e SOUZA, M. F. Repositório – Implementing DSpace in Portuguese: lessons for the future and research pathways. In: ICCO CONFERENCE ON ELECTRONIC PUBLISHING, 8, Brasília – DF, Brasil, June 2004. **Proceedings...** Brasília: 2004.

UNIVERSIDADE DO MINHO. Serviços de Documentação. **Adesão de novas comunidades**. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/novacomunidade/index.htm>>. Acesso em: 22 de julho de 2006.

VIANA, Cassandra. Lúcia de Maya, MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Diálogo Científico: EPrints como um ambiente virtual aberto da comunicação científica In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1. Brasília, 25 a 28 de abril de 2006. **Anais...** Campo Grande: UNIDERP, 2006. p. 155-163. Disponível em: <<http://portal.cid.unb.br/CIPECCbr/viewabstract.php?id=13>>. Acesso em: 16 de maio de 2006.

VIANA, Cassandra. Lúcia de Maya, MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel, SHINTAKU, Milton. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 3, São Paulo, 28 de novembro de 2005. **[Acervo digital dos trabalhos]**. Disponível em: <<http://bibliotecas-cruesp.usp.br/3sibd/docs/viana358.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2006.

WOLPERT, A. J. Institutional repositories: key policies. In: INSTITUTIONAL REPOSITORIES: A WORKSHOP ON CREATING AN INFRASTRUCTURE FOR FACULTY-LYBRARY PARTNERSHIPS, 18 October 2002, Washington, DC. **[Papers]**. Disponível em: <<http://www.arl.org/IR/wolpert/index.htm>>. Acesso em: jun. 2005.